**AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORTALECIMENTO DA TRANSPARÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DOS GOVERNOS LOCAIS DO PARAGUAI"**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Paraguai
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 27 de outubro de 1987;

Considerando que a cooperação técnica na área de Administração Pública se reveste de especial interesse para as Partes; e

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento,

Ajustam o seguinte:

**Artigo I**

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Fortalecimento da Transparência e Desenvolvimento de Capacidades dos Governos Locais do Paraguai" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é contribuir para o fortalecimento dos mecanismos de gestão e de prestação de serviços públicos no Paraguai.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a serem alcançados no âmbito deste Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

## Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Instituto Municipal de Administração Pública de Curitiba/PR (IMAP/ PR) como instituição responsável pelo apoio à execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República do Paraguai designa o Ministério da Fazenda da República do Paraguai como instituição responsável pela execução, pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

## Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver no Paraguai as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar pessoal, instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo paraguaio, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República do Paraguai, cabe:

a) designar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros entre as Partes ou qualquer outra atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

## Artigo IV

Para a execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos, que não o presente Ajuste Complementar.

**Artigo V**

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Paraguai.

**Artigo VI**

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II deste Ajuste Complementar elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas, bem como mencionadas no documento publicado.

**Artigo VII**

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo decisão em contrário de qualquer das Partes.

**Artigo VIII**

1. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou implementação do presente Ajuste Complementar será resolvida pelas Partes, por negociação direta, por via diplomática.

2. O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

**Artigo IX**

Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar a outra, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.

**Artigo X**

No que se refere às questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai.

Feito em Assunção, em 28 de JUNHO de 2011, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**Antonio de Aguiar Patriota**
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

**Jorge Lara Castro**
Ministro das Relações Exteriores

**ACUERDO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO DE COOPERACIÓN TÉCNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY PARA IMPLEMENTACIÓN DEL PROYECTO "FORTALECIMIENTO DE LA TRANSPARENCIA Y DESARROLLO DE CAPACIDADES DE LOS GOBIERNOS LOCALES DEL PARAGUAY"**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República del Paraguay
(en adelante denominados" las Partes"),

Considerando que las relaciones de cooperación se han fortalecido en el marco del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República del Paraguay, firmado en Asunción, el 27 de octubre de 1987;

Considerando que la cooperación técnica en el ámbito de la Administración Pública es de particular interés para las Partes; y

Considerando su deseo común de promover la cooperación para el desarrollo;

Han convenido en lo siguiente:

**Artículo I**

1. El presente Acuerdo Complementario tiene como objetivo la ejecución del proyecto "Fortalecimiento de la Transparencia y Desarrollo de Capacidades de los Gobiernos Locales del Paraguay" (en adelante "Proyecto"), cuyo propósito es contribuir al fortalecimiento de los mecanismos para la gestión y prestación de servicios públicos en Paraguay.

2. El proyecto se ocupará de los objetivos, actividades y resultados a alcanzar en virtud del presente Acuerdo Complementario.

3. El Proyecto será aprobado y firmado por las instituciones de coordinación y ejecución.

## Artículo II

1. El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa a:

a) la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de Relaciones Exteriores (ABC/MRE) como institución responsable de la coordinación, del seguimiento y de la evaluación de las acciones resultantes del presente Acuerdo Complementario; y

b) el Instituto Municipal de Administración Pública de Curitiba/PR (IMAP / PR) como la institución encargada de apoyar la ejecución de las actividades en virtud del presente Acuerdo Complementario.

2. El Gobierno de la República del Paraguay designa al Ministerio de Hacienda de la República del Paraguay como la institución responsable de la ejecución, seguimiento y evaluación de las actividades en virtud del presente Acuerdo Complementario.

## Artículo III

1. Al Gobierno de la República Federativa del Brasil, le compete:

a) designar y enviar técnicos para desarrollar en Paraguay las actividades de cooperación técnica previstas en el Proyecto;

b) proveer personal, instalaciones y la infraestructura adecuadas para la ejecución de las actividades de cooperación técnica en el marco del Proyecto;

c) prestar apoyo operacional a los técnicos enviados por el Gobierno paraguayo, proporcionando toda la información necesaria para la ejecución del Proyecto; y

d) supervisar y evaluar el desarrollo del Proyecto.

2. Al Gobierno de la República del Paraguay, le compete:

a) designar técnicos para desarrollar en Brasil las actividades de cooperación técnica previstas en el Proyecto;

b) proveer instalaciones e infraestructura adecuadas para la ejecución de las actividades de cooperación técnica en el marco del Proyecto;

c) prestar apoyo operacional a los técnicos enviados por el Gobierno brasileño, proporcionando toda la información necesaria para el Proyecto; y

d) supervisar y evaluar el desarrollo del Proyecto.

3. El presente Acuerdo Complementario no implica ningún compromiso de transferencia de recursos financieros entre las Partes o cualquier otra actividad onerosa para sus patrimonios nacionales.

## Artículo IV

Para la ejecución de las actividades en el marco del Proyecto, las Partes podrán disponer de recursos de instituciones públicas y privadas, organizaciones no gubernamentales,

organizaciones internacionales, agencias de cooperación técnica, fondos y programas internacionales y regionales, que deberán presentarse en otros instrumentos, distintos del presente Acuerdo Complementario.

**Artículo V**

Todas las actividades mencionadas en el presente Acuerdo Complementario estarán sujetas a las leyes y reglamentos vigentes en la República Federativa del Brasil y en la República del Paraguay.

**Artículo VI**

1. Las instituciones de ejecución mencionadas en el Artículo II del presente Acuerdo Complementario elaborarán informes sobre los resultados obtenidos por el Proyecto, que serán presentados a las instituciones de coordinación.

2. Los documentos resultantes de las actividades desarrolladas en el marco del Proyecto serán propiedad conjunta de las Partes. En caso de publicación de dichos documentos, las Partes deben ser consultadas oficialmente antes, además de mencionadas en el documento publicado.

**Artículo VII**

El presente Acuerdo Complementario entrará en vigor en la fecha de su firma y tendrá vigencia de dos (2) años, renovables automáticamente, hasta el cumplimiento de su objetivo, salvo decisión en contrario de cualquiera de las Partes.

**Artículo VIII**

1. Cualquier controversia sobre la interpretación o implementación del presente Acuerdo Complementario será resuelta por las Partes, mediante negociaciones directas por la vía diplomática.

2. El presente Acuerdo Complementario podrá ser enmendado en cualquier momento, por consentimiento mutuo de las Partes, por vía diplomática.

**Artículo IX**

Cualquiera de las Partes podrá notificar a la otra en cualquier momento, por vía diplomática, su decisión de denunciar el presente Acuerdo Complementario, siendo responsabilidad de las Partes decidir sobre la continuación de las actividades en ejecución. La denuncia surtirá efecto tres (3) meses después de la fecha de la notificación.

**Artículo X**

Con respecto a las cuestiones no previstas en este Acuerdo Complementario, se aplicarán las disposiciones del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República del Paraguay.

Hecho en Asunción, el de de 2011, en dos ejemplares originales, en portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY